

Tradução de: PIRENNE, Henri. A tarefa do historiador, **Revue Le Flambeau**, 14º ano, Agosto, 1931.

O magistral artigo que leremos é a tradução de um estudo apresentado recentemente em *Methods in Social Science*, obra organizada pelo professor Stuart A. Rice e publicada pela University of Chicago Press.

O organizador gentilmente autorizou a *Le Flambeau* a publicar em francês o texto revisado pelo autor. Nossos leitores lhes serão gratos.

O objeto de estudo do historiador é o desenvolvimento das sociedades humanas no espaço e no tempo. Esse desenvolvimento é o resultado de bilhões de ações individuais. Porém, ainda que sejam puramente individuais, essas ações não se afastam do domínio da história na medida em que se ligam aos movimentos coletivos ou são influenciadas pela coletividade. É por isso que a história aproxima-se da sociologia e da psicologia e, ao mesmo tempo, diferencia-se delas.

Como a sociologia, a história se interessa pelos fenômenos de massa que surgem de necessidades fisiológicas ou de tendências morais que se impõem aos homens, como a alimentação e a solidariedade familiar. Como a psicologia, trata de descobrir os movimentos internos que explicam e determinam o comportamento do indivíduo. Mas a comparação termina por aqui. Enquanto a sociologia procura formular as leis que regem a existência social considerada em si ou, se preferirmos, *in abstracto*, o historiador almeja adquirir um conhecimento concreto dessa existência. O que deseja é a compreensão profunda: ao retratar todas as vicissitudes, ao descrever características particulares, faz reviver tudo o que é produzido no curso das épocas ou, se preferirmos, restitui a tudo isso a *realidade* que pertence a cada evento. Para ele, o acaso, os feitos e os gestos de personalidades eminentes, que o sociólogo não pode considerar, constituem os elementos essenciais do problema. Em outras palavras, o sociólogo procura extrair o comum e o geral, enquanto que, para o historiador, o comum e o geral são a tela sobre a qual a vida pinta cenas eternamente cambiantes. O primeiro se serve dos fatos para elaborar uma teoria; o segundo os considera como episódios de uma grande aventura que deve ser contada por ele.

O sociólogo nada vê no papel de pessoas que perturbam o curso da história e o historiador, ao contrário, é obrigado a se ocupar dele. Para ele, Alexandre, o Grande, César, Cromwell, Washington ou Napoleão I são objetos ou temas de estudo tanto quanto um sistema de instituições ou um organismo econômico. Aqui, sua tarefa se liga a do psicólogo, pois, para explicar os atos de seus heróis, é indispensável o conhecimento de seu espírito. Porém, o psicólogo se diferencia do historiador, assim como o historiador do sociólogo. Para o psicólogo, o estudo da alma de um grande homem é uma contribuição ao conhecimento geral da alma humana, enquanto esse estudo é necessário ao historiador por causa apenas da influência exercida por esse homem sobre seus contemporâneos. Por maior que possa ser o gênio de um indivíduo, o historiador só se ocupará dele caso tenha influenciado outros homens.

Ainda que a sociologia e a psicologia sejam ciências aliadas da história, elas se distinguem melhor por seu domínio do que por seu método.

Do mesmo modo que o objeto da sociologia são todos os fenômenos sociais e da psicologia todos os fenômenos psicológicos, o da história, por sua vez, são todos os fenômenos históricos. Em sua esfera, ela apresenta a mesma característica de universalidade das outras ciências, sejam ciências do homem ou ciências naturais. Ela é universal do mesmo modo que a química ou a física, no sentido de que, como a física e a química, ela pretende conhecer o conjunto dos fenômenos que constituem seu objeto. O conceito história implica necessariamente o conceito história universal. Importa pouco que no estado atual de nossos conhecimentos haja imensos períodos da história que ainda restam completamente obscuros, há também inúmeros fenômenos naturais que ainda não conhecemos. Importa menos ainda que nenhum historiador se dedique à história universal, assim como nenhum químico ou físico se dedique ao estudo total da química ou da física. O essencial é ter como ideal a unidade da ciência; é também ter claramente no espírito que todo trabalho histórico é uma contribuição à história das sociedades humanas em seu conjunto, e que seu valor consiste em seu grau de utilidade para o avanço da história em geral. A especialização é aqui uma necessidade resultante da insuficiência das capacidades do homem. Como não se pode conhecer tudo, cada um deve se esforçar para enriquecer o tesouro comum de nossos conhecimentos, e na medida em que seja mais consciente dessa colaboração, o resultado de seus esforços será mais durável e mais útil.

Ao buscar o objetivo a que se propõe, o historiador tem uma dupla tarefa a cumprir. Ele deve, antes de tudo, definir os fatos que constituem os materiais de seu estudo e, em seguida, realizá-lo. Esse método consiste principalmente nesses dois procedimentos; praticando-os, ele responde à questão que serve de título a este artigo. Todos os dois resultam da própria natureza da história. Ao escrevermos, todos os dois são aplicados consciente ou inconscientemente. No fundo, a história se apresenta para nós como se apresentava para nossos antepassados. O progresso atual é o efeito do progresso científico em geral sobre a obra dos historiadores. Nós temos os procedimentos e os métodos de pesquisa que Heródoto ou os cronistas da Idade Média ignoravam, e, para explicar os eventos, dispomos de um monte de ideias e de uma crítica que eles não poderiam conceber. Encontramos na história uma amplitude e um aprofundamento que eles sequer vislumbravam. Mas nosso método de trabalho é um aperfeiçoamento do deles.

Os fatos históricos só são perceptíveis pelos vestígios que deixam. Desse ponto de vista, a posição do historiador em relação ao seu objeto é plenamente comparável à do geólogo. As revoluções dos homens, bem como as da terra, seriam desconhecidas por nós se não restassem traços de sua existência. Porém, é muito mais fácil reconstituir os da última categoria do que os da primeira. A textura da crosta terrestre aparece diretamente ao geólogo; ele pode analisar e avaliar os materiais que a compõem, e ele sabe que esses elementos atuam conforme as leis da mecânica, da física e da química. O historiador, ao contrário, raramente encontra um fragmento autêntico do passado. Quase todos os monumentos que sobreviveram foram seriamente alterados, seja pelo efeito do tempo, seja pela mão do homem que os destruiu ou restaurou. E nenhuma restauração pode reproduzir seu estado original; muitos fatores, devido ao gênio individual, à necessidade, às circunstâncias do momento – em suma, a este imponderável que é a personalidade humana – contribuem para que a gênese possa

ser conhecida com a mesma exatidão, como se fosse o resultado de forças da natureza. E quanta dificuldade, de outra ordem de ideias, provém da data, da origem, da nacionalidade de um objeto que o acaso ou as buscas dos arqueólogos revelaram!

Assim, mesmo no caso mais favorável, o historiador não deve se iludir na crença de que observa diretamente o passado. Mas as dificuldades de sua tarefa são ainda maiores quando ele trabalha com documentos escritos. De todas as fontes da história, elas são, ao mesmo tempo, as mais preciosas e as mais ardilosas. O próprio modo de sua transmissão até nós já as deixa mais ou menos profundamente alteradas. Quando temos a sorte excepcional de possuir um texto original, seu estado de conservação quase sempre torna mais ou menos difícil sua decifração – desfigurado como ele geralmente é pelas lacunas, manchas ou rasuras. Porém, na maioria dos casos o original desapareceu. Para reconstituir o teor, só temos à nossa disposição cópias e, frequentemente, cópias de cópias, tudo isso mais ou menos deturpado pela negligência, ignorância ou imprecisão dos escribas. Mas suponhamos feita a reconstituição; outros problemas se apresentam. Importa saber a origem do documento, definir sua data exata, determinar seu grau de autenticidade. As falsificações são abundantes em todas as épocas, pois em cada uma delas, os indivíduos ou as instituições inventaram ou modificaram os textos para servirem aos seus interesses.

Os materiais a que o historiador se restringe exigem assim um tratamento particularmente difícil e delicado antes de poderem ser utilizados. Eles são traços deixados pelos fatos e não são traços fiéis. Poderíamos compará-los a marcas na areia removidas pelo vento e pela chuva. Mesmo para reconstituir aproximadamente seu testemunho, um trabalho árduo e minucioso é indispensável.

Esse trabalho comporta procedimentos diferentes segundo a natureza das fontes a que ele se aplica. São esses procedimentos, aperfeiçoando-se sem cessar pelo uso, que abrem espaço para o que chamamos de “ciências auxiliares da história”. Da crítica das inscrições nasceu a epigrafia; das escrituras, a paleografia; das cartas e diplomas, a diplomática; dos monumentos, a arqueologia; das moedas, a numismática; dos selos, a sigilografia,¹ dos brasões, a heráldica. Cada uma delas constitui uma aplicação particular da crítica histórica. E a cada uma delas se dedica, para o maior bem da ciência, os eruditos especializados. Entre todos os historiadores, esses especialistas estão na situação mais favorável quanto aos resultados que obtêm. Graças ao caráter homogêneo dos objetos que estudam, lhes é possível definir métodos de observação precisos que resultam frequentemente em conclusões tão prováveis que beiram a certeza. Mas, apesar de tudo, por mais que esses métodos possam ser aperfeiçoados, seria completamente falso acreditar que eles não deixam um papel muito grande ao tato, à perspicácia e à intuição de quem os maneja. Os mais exatos dentre eles – a epigrafia e a diplomática – são fundados, na verdade, em observações empíricas e a regularidade dos fatos definida por eles nada tem em comum com o rigor das leis que resultam das ciências naturais.

As complicadas operações da crítica das fontes que serão brevemente expostas são apenas a primeira etapa do trabalho dos historiadores. Elas fornecem os testemunhos,

¹ Parte da arqueologia e diplomática que tem por objetivo o estudo dos selos [N. do T.]

resta aos historiadores apreciá-las. Em outras palavras, a crítica da autenticidade deve ser seguida daquela da credibilidade. Logo vemos que a segunda é muito mais delicada e subjetiva do que a primeira. Ela trata, com efeito, não só das características externas dos testemunhos, mas da personalidade de seus autores. Não é uma questão de identificação do documento, mas de juízo de valor. E esse juízo depende necessariamente da erudição, da inteligência e da moralidade da testemunha, bem como das circunstâncias em que foi definido seu testemunho. Além disso, é indispensável compreender bem o que ele quis dizer, mas é preciso, sobretudo, extrair de suas palavras o que elas contém de verdade.

Admitamos desde já que é impossível ser completamente bem-sucedido nesse caso. Na maioria das vezes não podemos sequer nos vangloriar de termos compreendido exatamente o que o autor do documento quis dizer. Pois, mesmo que estejamos bem familiarizados com a língua utilizada, muito raramente podemos determinar com precisão suficiente a nuance particular que ela carrega sob a pena do autor. Para descobrir o sentido real escondido sob as palavras, seria preciso se identificar completamente com ele e reviver sua vida. Ou seja, sua personalidade se interpõe entre nós e os fatos. Ao passar através dela, há uma deformação análoga a de um objeto mergulhado na água. Porém, assim como é fácil reconstituir o aspecto real do objeto submerso, graças às leis de refração da luz, podemos corrigir as deformações que as narrativas históricas infligem à realidade. É preciso se contentar com as conclusões extraídas a partir das informações incompletas de que dispomos sobre a biografia do autor, seus preconceitos pessoais ou nacionais, seu entorno e as condições em que escreveu. É inegável que tudo isso só pode ser obtido de modo aproximativo e insuficiente.

Felizmente, temos mais de um testemunho para a maioria dos eventos. Embora nossa avaliação de cada um deles seja necessariamente defeituosa, sua comparação nos permite deduzir alguma verossimilhança com a realidade, considerando sempre que cada um a relatou à sua maneira. A crítica histórica pode, então, chegar a uma representação aproximativa dos fatos do passado. Ela os percebe pelos contornos flutuantes que nos aparecem na bruma...

Além disso, possuímos relativamente pouca coisa dessas imagens imprecisas das realidades históricas. Tudo isso que chega até nós por meio de monumentos e escritos de épocas anteriores é quase nada em comparação com aquilo que desapareceu. Os historiadores ficam muito felizes hoje em recolher das areias do Fayum² qualquer resquício das bibliotecas e dos arquivos das cidades helenizadas do Egito. Só nos resta bem pouca coisa de milhões de documentos elaborados pelas burocracias dos impérios romano e bizantino. O que subsistirá para nossos sucessores de nossos livros e de nossas cópias estenográficas? Aliás, mesmo que conservássemos tudo o que foi escrito sobre um evento, não poderíamos esperar uma informação completa. Qualquer narrativa, por mais detalhada que possa ser, não esgota completamente seu tema. A realidade jamais pode ser relatada inteiramente, seja por palavras, seja por escritos.

É por isso, apesar de todos os seus esforços, que o historiador não pode obter um conhecimento adequado de tudo o que se passou. Ele sabe disso e se resigna. Ele

² Região do Egito próxima ao Cairo.

aceita os limites que as próprias condições do conhecimento histórico lhe impõem. Que lhe é suficiente perceber os fatos na medida em que lhe é possível. Se isso não é grande coisa do ponto de vista do absoluto, é muito em relação ao homem.

O levantamento dos fatos históricos está ainda infinitamente longe de ser alcançado. Lacunas enormes aparecem ao primeiro olhar. Sobre muitos povos e nações – a China, por exemplo – somos quase completamente ignorantes. É certo também que inúmeros produtos da arte e do engenho humanos jazem enterrados e que, apesar das expedições arqueológicas realizadas hoje tão ativamente e com tanto sucesso, será impossível exumar tudo. Quanto aos documentos escritos, além de grande parte deles estar reunida em arquivos e bibliotecas públicas e de ainda não ter sido estudada, quantos estão nas mãos de pessoas desconhecidas e que sequer sabemos de sua existência? É preciso ainda considerar todos os testemunhos que nos cercam e que não podemos entender. O vocabulário das línguas mortas ou vivas, os nomes de lugares, os costumes, as tradições populares, as lendas, as superstições e as crenças religiosas encerram tesouros que a filologia, a toponímia e o folclore estão longe de esgotar. Notemos, enfim, que o desenvolvimento do trabalho histórico tem por consequência a definição de fatos cujo conhecimento resulta do raciocínio. Para tomar um exemplo muito simples – o historiador pode determinar a data desconhecida de nascimento de uma pessoa se souber que ela é contemporânea de um evento cuja cronologia é precisa. Então, hipoteticamente, ele junta um novo fato aos que já são conhecidos e enriquece nosso conhecimento do passado por um procedimento puramente intelectual. Esse procedimento é tão frequente que sua aplicação se encontra em quase toda página dos trabalhos históricos. Poderemos dizer sem engano que grande parte dos elementos da história é fundamentada na conjectura e não diretamente atestada por alguma fonte, embora a massa dos materiais da ciência aumente na medida do progresso da crítica.

Seria uma grande ingenuidade concluir que é preciso, para escrever a história, esperar que todos esses materiais sejam reunidos. Eles jamais serão todos reunidos, porque jamais serão todos conhecidos. Mas os naturalistas não esperam conhecer todos os fenômenos da natureza para formular suas conclusões. Do mesmo modo, o historiador não pode se abster de fazer uma síntese sob o pretexto de que não possui todos os elementos. Devemos exigir dele que utilize todos os elementos disponíveis no momento em que escreve. Nem mais, nem menos.

A construção histórica é o resultado de todos os procedimentos de crítica que passamos rapidamente em revista. Eles não têm a mesma importância e o mesmo valor que ela; são apenas meios para se atingir aquele fim.

Construir a história é contá-la. Desde o início de sua existência, ela consistiu em relatos, isto é, em narrações de episódios ligados uns aos outros. De fato, o trabalho essencial do historiador é, ao apresentá-los, entender as relações que existem entre os eventos e interliga-los, explica-los. Assim, a história é a narrativa explicativa da evolução das sociedades humanas no passado.

Toda narração histórica é, simultaneamente, uma síntese e uma hipótese. É uma síntese, porque combina a massa dos fatos conhecidos numa exposição de conjunto; é uma hipótese, porque as relações que estabelece entre esses fatos não são

evidentes, nem verificáveis por si mesmas. Reunir os fatos e ligá-los uns aos outros é, na prática, uma só e mesma operação. Pois é evidente que o agrupamento dos fatos será diferente de acordo com a ideia que fizermos de suas relações. Tudo depende então – como veremos – do grau de imaginação criativa do historiador, bem como de sua concepção geral das coisas humanas. Ou seja, em sua expressão mais elevada, a história é uma ciência “conjectural” ou, em outras palavras, uma ciência “subjéctiva”.

Isso não significa que ela esteja à mercê da fantasia e da arbitrariedade. Ela procede segundo um método, mas segundo um método cujo próprio objeto obriga a se renovar constantemente. O historiador não é menos crítico no trabalho com os fatos do que no estudo das fontes, mas a complexidade de sua tarefa o força aqui a recorrer, em grande medida, à conjectura.

Toda construção histórica – ou seja, toda narração histórica – repousa sobre um postulado: o da identidade da natureza humana ao longo do tempo. Não poderíamos compreender as ações humanas se, antes de tudo, não admitíssemos que a humanidade, no que ela tem de essencial, sempre foi o que ela é hoje. As sociedades passadas nos seriam ininteligíveis se as necessidades naturais que experimentaram e as forças físicas que as impulsionaram fossem qualitativamente diferentes das nossas. Como explicar as inumeráveis diferenças que elas apresentam no tempo e no espaço, se não considerarmos essas diferenças como nuances de uma realidade que, em sua essência, é sempre e em toda parte a mesma?

O historiador reconhece então que pode raciocinar sobre as ações dos mortos como raciocina sobre aquelas dos vivos que o cercam. E isso é suficiente para entender o caráter subjéctivo de seus relatos. Pois, raciocinar sobre as ações dos homens é buscar seus motivos e lhes atribuir consequências. Porém, onde se encontram esses motivos e consequências senão no espírito daquele que raciocina? Os observadores não se diferem apenas por sua inteligência, mas também pela profundidade e variedade de seus conhecimentos. É pela inteligência que Tucídides é um historiador maior que Xenofonte, e Maquiavel que Froissart. Mas é pela extensão de seus conhecimentos que os historiadores modernos levam vantagem sobre os da Antiguidade e da Idade Média. Eles certamente não ultrapassam seus predecessores pela força e agudeza do espírito; mas os ultrapassam pela extensão de seu saber, descobrem relações entre as ações dos homens que escaparam aos primeiros.

Durante longos séculos, os destinos das sociedades foram explicados pela intervenção da divindade ou pela influência de grandes homens. A história aparecia, sobretudo, como um drama. Dos grandes espíritos, Políbio, por exemplo, compreendemos a importância das instituições na atividade do Estado. Mas do conjunto, a história, mesmo no caso dos autores mais eminentes, não passou da exposição e explicação dos eventos políticos. O progresso das ciências morais e sociais mostraram a estreiteza e insuficiência dessa concepção. Essas ciências nos ensinam sobre toda sorte de fatores – religiosos, éticos, geográficos, econômicos – que determinaram o desenvolvimento das sociedades em diversas épocas, contribuíram necessariamente para a compreensão de uma massa de fenômenos que, de outro modo, passariam despercebidos. O conhecimento das relações sociais aumentou extraordinariamente, os historiadores podem agora descobrir entre os fatos do passado uma multiplicidade de relações que jamais seriam consideradas antes. Eles observam a história de uma posição muito mais elevada do que outrora e, desse ponto de vista, descobrem muito

mais variedade, abundância e vida. Podemos dizer, com uma rigorosa exatidão, que mesmo ao dispor de muito menos materiais do que os historiadores romanos e gregos, conhecemos melhor do que eles a história dos gregos e romanos. Nós a conhecemos melhor e, no entanto, não há consenso sobre ela, tal como nunca houve sobre qualquer outra parte da história.

A certeza é impossível num objeto tão ondulante, variado e complexo como as ações sociais. Cada atividade reage sobre todas as outras. Como distinguir, então, no conjunto, a parte de cada uma delas? Como avaliar exatamente, por exemplo, o papel dos fatores econômicos e religiosos numa dada evolução? As condições indispensáveis a todo conhecimento científico real – cálculo e medida – estão completamente ausentes nesse domínio. E a intervenção do acaso e dos indivíduos aumenta ainda a dificuldade da tarefa dos historiadores, que se confrontam constantemente com o imprevisível, que muda a cada instante a direção dos eventos aparentemente estabelecidos.

Não é ao método histórico, mas ao próprio objeto da história, que se deve imputar a falta de precisão dos historiadores e o fato de que seus resultados pareçam incertos e contraditórios. As ações humanas que eles estudam não podem se apresentar a todos sob o mesmo aspecto. É preciso apenas um momento de reflexão para compreender que dois historiadores, que dispõem dos mesmos materiais, não os tratarão de maneira idêntica. Em primeiro lugar, porque a imaginação criativa que permite diferenciar o caos dos fatos dos movimentos gerais varia de um a outro, mas também porque eles não têm as mesmas ideias quanto à importância relativa dos motivos que determinam o comportamento dos homens. Seus relatos apresentarão inevitavelmente os mesmos contrastes de suas personalidades, conforme o valor relativo que dão à ação individual ou à influência dos fenômenos coletivos; e, entre esses, conforme a importância que atribuem aos fatores econômicos, religiosos, étnicos ou políticos. A esta primeira causa de divergências é preciso juntar outras. Os historiadores não são orientados unicamente por seu ser íntimo; seu lugar também tem sua importância. Sua religião, sua nacionalidade e sua classe social os influenciam mais ou menos profundamente. O mesmo vale para o momento em que trabalham. Cada época tem suas necessidades e tendências que se impõem à atenção dos pesquisadores e a concentram sobre tal ou qual problema.

Assim, as sínteses históricas dependem num grau muito elevado não só da personalidade de seus autores, mas também de seu contexto social, religioso ou nacional. Logo, cada historiador estabelecerá entre os fatos relações determinadas por convicções, influências e preconceitos que formaram seu ponto de vista. Toda narração histórica é, como dissemos, uma hipótese. É uma tentativa de explicação, uma reconstituição conjectural do passado. Cada autor, ao iluminar certa parte, ressalta certos traços, considera certos aspectos. Quanto mais essas exposições se multiplicam, mais a realidade infinita nos é desvelada. Todas são incompletas, todas imperfeitas, mas todas contribuem para o avanço de nossos conhecimentos. Esses resultados que são agora antiquados serviram para elaborar outros que, por sua vez, serão substituídos. Para que a história progrida, o desenvolvimento paralelo da síntese e da crítica das fontes é indispensável. Sem a crítica, a síntese será apenas uma brincadeira estéril de imaginação, mas a crítica seria puramente uma erudição morta se a síntese não alargasse constantemente o campo de suas investigações e não lhe

abrisse novas visões para os problemas que ela suscita e para as conjecturas que faz nascer.

É preciso crer, ainda, que à medida que o campo da história se alargue, o trabalho dos historiadores será cumprido em condições muito mais satisfatórias. Atualmente, ele atinge apenas uma parte muito restrita do objeto imenso que o solicita. No domínio da história antiga, a Grécia e Roma, e nos tempos modernos, as diferentes histórias nacionais, concentrarão quase exclusivamente os esforços dos investigadores. Só hoje começamos a descobrir o Oriente e sabemos a mudança que isso provoca em nossa compreensão da história antiga. Os gênios grego e romano, com o brilho das luzes vindas de Creta, da Síria, da Babilônia e do Egito, aparecem agora como resultado do contato e da interpretação de diferentes civilizações. Esses progressos atestam o que podemos esperar do método comparativo. Ele é o único que pode atenuar os preconceitos de raça, política e nacionalidade dos historiadores. Esses preconceitos são captados inevitavelmente naqueles que, ao se confinarem nos limites estreitos da história nacional, se condenam a ignorar os laços que ligam essa história à história das outras nações. Não é preciso atribuir ao ponto de partida, nem a uma informação insuficiente, o fato de que falta imparcialidade a tantos historiadores. Aquele que se absorve na contemplação de seu próprio povo exagerará inevitavelmente sua originalidade e lhe atribuirá a honra de descobertas que, na verdade, são frequentemente tomadas emprestadas. Isso é injusto com os outros, porque ele não os compreende, e o exclusivismo de seus conhecimentos o expõe a se deixar enganar pelos ídolos do sentimento.

O método comparativo permite que a história apareça em sua perspectiva real. O que acreditávamos ser uma montanha se reduzia a um pequeno monte, e o que o gênio nacional honrava aparecia frequentemente como uma simples manifestação do espírito de imitação. Mas o ponto de vista da história comparada é o da história universal. É por isso que, à medida que enxerguemos mais a história na totalidade de seu desenvolvimento e que nos acostumemos a estudar a história particular ou nacional em função da evolução geral, as fragilidades inerentes ao método histórico irão se atenuar. Ele extrairá o máximo de precisão que seu objeto lhe permite se seus usuários compreenderem claramente que o objetivo final de seus esforços é a elaboração científica da história universal.

Esta obra literária é de domínio público e foi digitalizada pela Universidade Livre de Bruxelas.

Original em francês disponível em: http://digistore.bib.ulb.ac.be/2006/a13015_000_f.pdf

Traduzido por Thiago Fontelas Rosado Gambi